Escola Superior de Desporto e Lazer

Designação	Contencioso Desportivo

Área de Formação (CNAEF)	ECTS	Nível EQF
	2	

	Presenciais	Online - síncronas	Online - assíncronas	TOTAL
Horas de contacto		10		10

Horas de trabalho autónomo	44

Público a que se destina	
Vagas (se aplicável)	Mínimo e máximo

1. Equipa docente/ Equipa de Formação

	nome	email	Ciência ID
Docentes; Formadores/as	Pedro Bezerra	pbezerra@esdl.ipvc.pt	
		@	

2. Resumo

Abordagem ao contencioso desportivo, incluindo não só as instâncias jurisdicionais das ligas federações nacionais e internacionais, bem como as confederações, não esquecendo as instâncias arbitrais competentes, quer públicas, quer privadas e em que termos essa competência lhe é conferida.

O Tribunal Arbitral do Desporto criado pela Lei n.º 74/2013, de 6 de setembro, é uma entidade jurisdicional independente, nomeadamente dos órgãos da administração pública do desporto e dos organismos que integram o sistema desportivo, dispondo de autonomia administrativa e financeira.

O TAD tem competência específica para administrar a justiça relativamente a litígios que relevam do ordenamento jurídico desportivo ou relacionados com a prática do desporto.

Os referidos litígios reclamam, na maioria das situações, uma resolução célere, urgente sendo certo que, os "timings" do desporto não são, muitas vezes, compatíveis com os "timings" da justiça dita comum, do Estado. Os litígios decorrentes do ordenamento jurídico desportivo ou relacionados com a prática do desporto caracterizam-se pela sua elevada especificidade e tecnicidade, sendo adequado proceder à sua resolução por via de árbitros habilitados para o efeito que possuem especiais conhecimentos, quer ao nível do direito, quer ao nível do fenómeno desportivo.

PRR Plano de Recuperação e Resiliência · REPÚBLICA PORTUGUESA · Financiado pela União Europeia NextGenerationEU · BlueDesign Alliance · ipvc Instituto Politécnico de Viana do Castelo

É essencial a compreensão dos requisitos legais que fundamentam a arbitragem voluntária e necessária junto do Tribunal Arbitral do Desporto. Regime de acesso a árbitro e dos direitos e deveres a que estão sujeitos os árbitros que integram o Tribunal Arbitral do Desporto.

Vínculo atual entre o Direito Penal e o Direito do Desporto; A corrupção desportiva; A coação desportiva; A aposta antidesportiva, entre outros conceitos como formas do match fixing.

Estudo da ação judicativa no plano das federações desportivas. A última instância desportiva no julgamento das questões que emergem das relações entre os agentes desportivos, enquanto subordinados à tutela federativa. A disciplina desportiva e a jurisdiçãoodesportiva. Conceito de caso julgado desportivo. A jurisdição depois da federação desportiva. Jurisdição interna e plano internacional.

3. Objetivos de aprendizagem

Conhecimentos, capacidades e atitudes a desenvolver

4. Conteúdos

Noção de Contencioso Desportivo; Instâncias Jurisdicionais e Disciplinares das Federações Desportivas e Ligas; Instâncias Jurisdicionais e Disciplinares das confederações; Comissões e Tribunais Arbitrais, nacionais e estrangeiros; Regulamentação e Legislação aplicável. **2h**

A Natureza, competência e organização do Tribunal arbitral do Desporto. **1h**

A Arbitragem necessária; A Arbitragem voluntária; O Estatuto do árbitro; Direitos e Deveres dos Árbitros. **2h**

Princípios fundamentais do Processo arbitral; Da Providência Cautelar junto do TAD. **1h**

Processo de jurisdição arbitral necessária; Processo de jurisdição arbitral voluntária; Dos Recursos das decisões arbitrais6Processo de jurisdição arbitral necessária; Processo de jurisdição arbitral voluntária; Dos Recursos das decisões arbitrais. **2h**

Interpretação e aplicação da lei n.º 50/2007, de 31/08 com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 30/2015, de 22/04; 13/2017, de 02/05 e 94/2021, de 21/12. **1h**

Os princípios estruturantes da Justiça Federativa e sua base legal geral e a preparação dos agentes desportivos para interagirem com a jurisdição federativa, nas suas diferentes funções no quadro desportivo. **1h**

5. Metodologias de ensino e aprendizagem

Estudo de casos.

Apresentações orais.

PRR Plano de Recuperação e Resiliência · REPÚBLICA PORTUGUESA · Financiado pela União Europeia NextGenerationEU · BlueDesign Alliance · ipvc Instituto Politécnico de Viana do Castelo

6. Avaliação

Análise de um caso prático e reflexão face aos conteúdos apresentados ou teste de avaliação geral.

7. Bibliografia (Deve optar apenas por uma norma de referenciação bibliográfica: ex. APA 6ª edição, Vancouver ou NP 405)

?The Code of the Court of Arbitration for Sport? ? Despina Mavromati & Mathieu Reeb, 1.a Ed 2015 Cuestiones de Derecho

Del Deporte? coord Antonio Millán Garrido, 1a Ed 2023

Constituição da República Portuguesa

Código Penal Português

AGUILAR, Luís (2015) ? Aposta Suja: Uma viagem ao mundo dos resultados combinados, 1ª Edição, Lisboa: Bertrand Editora

CLUNY, João Lima, ?O(s) crime(s) de corrupção desportiva?, in Liber Amicorum a Manuel Simas Santos, Coord. André Paulino

PITON, Rei dos Livros, 2016;

CRUZ SANTOS, Cláudia, A corrupção de agentes públicos e a corrupção no desporto, Coimbra: Almedina, 2018

ESBERARD, Alfredo, (2015) ? ?O Controlo da Legalidade das Apostas Online e a Manipulação de Resultados (Match-Fixing)?,

O Direito do Desporto em Perspectiva, Coord. de Ana Celeste Carvalho, Coimbra: Almedina.

PRR Plano de Recuperação e Resiliência · República Portuguesa · Financiado pela União Europeia NextGenerationEU · BlueDesign Alliance · ipvc Instituto Politécnico de Viana do Castelo